



UNIVERSIDADE
DO BRASIL
UFRJ

INSTITUTO DE BIOLOGIA – CEDERJ



EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO SISTEMA
COLÉGIO MILITAR DO BRASIL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

LEONARDO DA SILVA TEIXEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PÓLO UNIVERSITÁRIO DE CAMPO GRANDE

2018



UNIVERSIDADE
DO BRASIL
UFRJ

INSTITUTO DE BIOLOGIA – CEDERJ



EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

LEONARDO DA SILVA TEIXEIRA

Monografia apresentada como atividade obrigatória
à integralização de créditos para conclusão do
Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas -
Modalidade EAD.

Orientador: Me. Bruno da Cunha Cabral

ORIENTADOR: Me. BRUNO DA CUNHA CABRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PÓLO UNIVERSITÁRIO DE CAMPO GRANDE

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Da Silva Teixeira, Leonardo

Educação Especial e Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil: Perspectivas e desafios, Pólo Campo Grande, 2018, f.27

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de Licenciado no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Modalidade EAD. 2018

Referências bibliográficas: f.35

1. Inclusão. 2. Aluno. 3. Especial. 4. Educação.

I. DA CUNHA CABRAL, Bruno

II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Licenciatura em Ciências Biológicas – Modalidade EAD

III. Educação Especial e Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil: Perspectivas e desafios

ATA DA DEFESA

Dedico este trabalho aos meus pais, Clovis Teixeira e Natalucia Teixeira, e a minha esposa Raquel Pedroso, pelo apoio, incentivo, e amor que me deram ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus por sempre me acompanhar ao longo da vida e dar saúde e forças para superar as dificuldades.

Aos meus pais Clovis Teixeira e Natalucia Teixeira pelo amor incondicional, pela compreensão, por sempre acreditarem e torcerem pelo meu sucesso em todos os momentos.

À minha esposa Raquel Pedroso, eterna companheira, sempre esteve ao meu lado, compartilhando as minhas alegrias e tristezas durante esses anos da minha formação acadêmica.

À minha irmã Alessandra Branco por escutar os meus longos lamentos, ajudando-me a recuperar o ânimo para prosseguir.

À minha afilhada Aghatha Branco, com a sua alegria jovem e disposição para vencer desafios, que me inspiraram ao longo do caminho.

Aos meus sogros Antônio Pedroso e Rita de Cássia Pedroso, pela estrutura fornecida, pelas experiências e conhecimentos adquiridos, muito importantes para a confecção deste trabalho.

Aos meus cunhados, Robson Branco, Antônio Pedroso e sua esposa Ana Guilherme, pelo incentivo e pela disponibilidade de ajudar na execução de minhas demandas administrativas e obrigações acadêmicas.

Aos meus sobrinhos Antônio, André e Arthur pela alegria infantil e por suas travessuras que me revigoraram o moral para prosseguir os estudos.

A Coordenadora de Licenciatura em Ciências Biológicas Prof^a Dra. Benedita Aglai Oliveira da Silva pela disponibilidade e pela paciência no atendimento às diversas demandas apresentadas por este discente ao longo do curso.

Ao meu orientador e amigo Prof. Me. Bruno da Cunha Cabral pelo incentivo, pelo companheirismo e pelas seguras orientações que resultaram nesta obra.

Aos amigos João Alberto e Vitor Souza, exemplos de camaradagem e espírito de equipe, sempre me ajudaram no cumprimento das mais variadas missões recebidas no trabalho.

Aos meus amigos e colegas na vida e no trabalho, que sempre me incentivaram na luta pelos meus objetivos.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNDO	12
1.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	15
1.3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NA ATUALIDADE.....	16
1.4 NECESSIDADES ESPECIAIS: CONCEITUAÇÃO	18
1.5 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO	19
2 OBJETIVO.....	20
2.1 OBJETIVO GERAL.....	20
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
3 MATERIAL E MÉTODOS.....	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
5 CONCLUSÕES.....	29
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30
GLOSSÁRIO.....	33

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Organograma geral dos Colégios Militares.....23

Figura 2 - Organograma geral da Divisão de Ensino dos Colégios Militares.....24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Profissionais que compõem a equipe da Seção de Apoio Educacional Especializado.....25

Tabela 2 - Equipamentos e materiais pedagógicos necessários para compor uma Sala de Recursos Multifuncionais, modelo A.....25

Tabela 3 - Equipamentos e materiais pedagógicos necessários para compor uma Sala de Recursos Multifuncionais, modelo B.26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD	Associação de Assistência à Criança Defeituosa
ABBR	Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CNE	Conselho Nacional de Educação
DEPA	Departamento de Ensino Preparatório e Assistencial
FLCB	Fundação para o Livro do Cego no Brasil
IBC	Instituto Benjamim Constant
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Linguagem Brasileira de Sinais, Libras
MEC	Ministério da Educação
Q.I.	Quociente de Inteligência
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
SAEE	Seções de Atendimento Educacional Especializado
SAP	Seções de Apoio Pedagógico
SCMB	Sistema Colégio Militar do Brasil
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TGD	Transtornos Globais do Desenvolvimento

RESUMO

A educação básica especial e inclusiva é considerada uma das áreas prioritárias do Ministério da Educação e se dá pela inserção de alunos com necessidades especiais na rede de ensino regular e pelo atendimento às diversas demandas pedagógicas e educacionais desse público. Em conformidade com o que preconiza as legislações educacionais do país, o Exército Brasileiro, por meio do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) busca igualmente atingir esse propósito. Mas quais são as necessidades educacionais especiais? Como atender essas demandas? Com a finalidade de orientar o atendimento às atuais exigências educacionais especiais e de inclusão no SCMB, este trabalho buscou, por meio de uma revisão bibliográfica: 1 - ampliar os conhecimentos sobre a história e a legislação relativas às necessidades educacionais especiais e à educação especial e inclusiva; 2 - identificar as principais carências dos alunos com necessidades educacionais especiais e de inclusão no ambiente escolar e, por fim; 3 - apontar medidas administrativas e pedagógicas a serem adotadas para facilitar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar.

Palavras chaves: Inclusão; Aluno; Especial; Educação.

1 INTRODUÇÃO

A educação no Brasil é direito de todos, dever do Estado e da família, segundo o Artigo 205 da Constituição Federal (1988), que também assegura, no Artigo 208, inciso III, o direito aos portadores de deficiência (BRASIL, 1988).

No plano internacional, o país é signatário da Declaração de Salamanca de 1994, congresso ocorrido na cidade de mesmo nome, na Espanha. Este tratado, resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, ratificou o compromisso de os países integrantes garantirem o direito à educação para todos os cidadãos, com ênfase para a educação de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) proporciona o direito à educação de pessoas com deficiência, a educação especial como “a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996).

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência, a pessoa com deficiência possui algo que impede ou dificulta a sua participação e interação na sociedade em igualdade de condições por conta de sua privação de natureza física, mental, intelectual e/ou sensorial (BRASIL, 2015).

Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) são distúrbios de interações sociais recíprocas, manifestadas por volta dos cinco primeiros anos de vida, caracterizadas por formas de comunicação e comportamentos estereotipados e repetitivos e também pelo baixo interesse na realização das diversas atividades. Pessoas com TGD têm dificuldade de estabelecer e manter um diálogo com os outros, possuem aversão ao toque, ao contato visual, falta de interesse pelas pessoas, atração pelo isolamento e por objetos (NADAL, 2011).

Segundo a Resolução Nº 4, do Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação (MEC), de 2 de outubro de 2009, portadores de altas habilidades/superdotados são alunos que possuem elevado potencial ou desempenho em um ou vários campos da inteligência humana, isolados ou combinados, no pensamento criativo, produtivo e acadêmico, nas artes, na capacidade psicomotora e nos aspectos relacionados à liderança (BRASIL, 2009).

Além das pessoas com deficiência, o Estado, por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, objetiva facilitar o acesso, a participação e a aprendizagem aos estudantes com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular (BRASIL, 2008).

1.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNDO

Durante a Antiguidade, pessoas com deficiência eram tratadas de formas diferentes, segundo suas civilizações (PAN, 2013).

No Egito Antigo, pessoas com deficiências integravam, naturalmente, as suas classes sociais e não eram passivas de discriminação. Estudos acadêmicos de restos biológicos e obras de arte dão conta da grande tolerância com os deficientes físicos em geral, como pessoas cegas, com nanismo ou com paralisia de algum membro, por exemplo (SILVA, 2012).

Na Grécia Antiga, crianças com deficiências físicas e mentais eram consideradas subumanas e eliminadas ou abandonadas. Em Esparta, os agentes do Estado assassinavam-nas. Em Atenas, o futuro das crianças ficava nas mãos dos pais, que decidiam pela sua eliminação ou abandoná-la à própria sorte. (MOSQUERA, 2012).

De acordo com a lei romana, os pais poderiam optar por criar os filhos com deficiência ou eliminá-los por afogamento. Os sobreviventes, em geral, eram explorados como esmoladores ou como atrações de circo, embora alguns tenham se destacado como grandes mestres, teólogos, filósofos e até imperadores (SILVA, 2012).

Na Idade Média, durante o auge da doutrina católica, pessoas com deficiências eram consideradas castigadas por Deus pelos seus pecados ou possuídas pelo demônio, embora fossem abrigadas e alimentadas em conventos e asilos, onde realizavam serviços domésticos (SILVA, 2012). Os supersticiosos acreditavam que elas possuíam poderes especiais, como feitiços ou bruxarias. Crianças que viviam separadas de suas famílias moravam nos abrigos das ordens religiosas ou serviam de meio de entretenimento e de ridicularização para os mais abastardos (PAN, 2013).

Este período foi caracterizado pela incompreensão e pelo uso da religião e do misticismo para explicar as doenças, suas causas e consequências, as deformidades físicas e os problemas mentais, assim como pela segregação dos enfermos. Por conta desta nebulosa conjuntura, a educação em todas as camadas da sociedade era bastante precária (PAN, 2013).

Na Idade Moderna houve uma evolução na educação especial no mundo (PAN, 2013).

Pedro Ponce de León, monge beneditino espanhol que viveu entre 1520 e 1584, é reconhecido como o primeiro educador de surdos da história (SILVA 2012), influenciado pelo médico e matemático Gerolando Cardomo (1501 a 1576), que inventou um Código de leitura e escrita para surdos (MOSQUERA, 2012).

Em 1664, Tomas Willis foi o primeiro a descrever a estrutura do cérebro e a explicar cientificamente a deficiência mental como uma série de falhas no funcionamento neural de um cérebro defeituoso (PAN, 2013).

Com a obra *An essay concerning human understanding*, de 1690, o filósofo, médico e ensaísta inglês John Locke, criou a Teoria do Conhecimento e Aprendizagem, que propôs uma visão naturalista sobre a atividade intelectual, considerando a mente humana como uma página em branco e a experiência sensorial como fundamento da didática (SILVA, 2012).

A teoria criada por Locke influenciou as concepções pedagógicas de diversos pensadores e estudiosos da época, dentre eles Jean Jacques Rousseau (1712-1778) e Estevan Bonnot de Condillac (1755-1780) (PAN, 2013).

Também sob influência dos ensinamentos de Locke, Johan Henrich Pestalozzi (1746-1820), educador suíço e fundador de colégios para crianças carentes, inspirou o seu aluno Augusto Frederico Froebel (1782-1852) a criar um Sistema de Educação Especial para crianças deficientes mentais na primeira infância (CORRÊA, 2010).

Na segunda metade do século XVII, foi fundada a primeira escola pública para surdos, na cidade de Paris, pelo abade Charles Michel de L'Eppe. Nesta escola, os alunos aprendiam a se comunicar pela linguagem de sinais (SILVA, 2012).

A projeção do trabalho de L'Eppe influenciou o inglês Thomas Braidwod (1715-1806) e o alemão Samuel Hernecke (1729-1790) a fundar institutos de educação de surdos-mudos em seus países. Samuel Hernecke também contribuiu para a educação de seus alunos pelo emprego do método oral, hoje conhecido como leitura orofacial ou leitura labial (FERNANDES, 2012).

No ano de 1784, Valentin Haüy fundou o Instituto Nacional dos Cegos, também em Paris. A entidade funcionava como escola e abrigo de jovens cegos que aprendiam a ler por meio de letras em autorelevo (MOSQUERA, 2012).

Philippe Pinel (1745-1826) explicou que pessoas com perturbações não deveriam ser tratadas com violência e discriminação, como acontecia na época, mas como doentes mentais. (PAN, 2013).

Na Idade Moderna, final do século XVIII, Jean-Marc Gaspard Itard (1774-1838), médico, cirurgião e reeducador de surdos francês, dedicou-se a inúmeros trabalhos sobre gagueira, educação oral e audição, fundando a otorrinolaringologia (SILVA, 2012).

No início do século seguinte, Itard começou o atendimento a deficientes mentais em um asilo. Obteve notório destaque ao reeducar Victor, um menino capturado na floresta de Aveyron, no sul da França, que, até então, não houvera se relacionado com humanos, fazendo uso da linguagem de sinais e de métodos sistematizados utilizados no asilo. Sua principal contribuição foi, "... que a educação era a resposta aos problemas associados à deficiência" (SILVA, 2012).

Em 1818, o médico Esquirol diferenciou demência, confusão mental e idiotia. Segundo ele, demência ou loucura é uma doença causada pela perda irreversível da razão e das funções mentais, confusão mental é uma condição passageira e a idiotia não é considerada uma doença mental, e, sim, o baixo rendimento educacional, causado pela ausência de desenvolvimento intelectual desde a infância, em consequência de carências infantis ou de condições pré ou perinatais (PAN, 2013).

Anos depois, em 1824, Belhomme separou a deficiência mental em imbecilidade e idiotia. A primeira, mais grave, dividiu-se em três graus de comprometimento mental e a segunda, mais leve, em dois graus, facilitando a educação de deficientes por graus de desordem mental (CORRÊA, 2010).

No ano de 1829, Louis Braille, aluno do Instituto Nacional dos Jovens Cegos de Paris, adaptou o código militar de comunicação noturna de Charles Barbier de La Serre para o principal sistema de leitura e escrita oficial dos cegos no mundo, o Sistema Braille (SILVA, 2012).

Edouard Seguin, médico e pedagogo, em 1846, propôs que qualquer deficiente mental poderia ser ensinado. Para que haja progresso na educação, segundo ele, devem ser considerados os aspectos: o grau de comprometimento das funções cerebrais e orgânicas, em geral, e a habilidade na aplicação da metodologia de ensino especial por ele sistematizado (SILVA, 2012).

No início do século XX, Alfred Binet e Theodore Simon desenvolveram escalas para medir a inteligência: o teste de Quociente de Inteligência ou Q.I., substituindo as

identificações idiota, imbecil e débil por deficiência mental severa ou profunda (Q.I. 0 a 20), deficiência moderada ou treinável (Q.I. 20 a 50) e deficiência mental leve ou educável (Q.I. 50 a 75) (PAN, 2013).

1.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A influência do pensamento liberal atravessou o oceano Atlântico e aportou em terras brasileiras no início do século XIX, particularmente no ensino de crianças e jovens com deficiência. Várias instituições de ensino especial foram fundadas no país, que anteriormente apoiava-se nas Santa Casas de Misericórdia no trato com os pobres, com os doentes e com os portadores de deficiência, de forma precária e insipiente. (SILVA, 2012).

Na cidade do Rio de Janeiro, em 1857, com base no Collégio Nacional para Surdos-Mudos, criado no ano anterior, foi fundado por D. Pedro II o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, influenciado pelo Marquês de Abrantes. Em 1957, passou a ser denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (SILVA, 2012).

No ano de 1854, sob influência de José Alvares de Azevedo, ex-aluno do Instituto dos Meninos Cegos de Paris, o imperador D. Pedro II, fundou o instituto de mesmo nome no Rio de Janeiro. O Imperial Instituto dos Meninos Cegos passou a se chamar Instituto Nacional dos Cegos, em 1891. No ano seguinte, passou a ser chamado Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao seu professor de matemática e diretor (MOSQUERA, 2012).

O governo imperial realizou, em 1883, o Primeiro Congresso de Instrução Pública, que discutiu a educação de deficientes, o currículo e a formação de docentes para cegos e surdos, sendo a primeira iniciativa deste gênero no país (SILVA, 2012).

No final do Segundo Império, para atender às demandas de pessoas com deficiência mental, foram criadas duas unidades especializadas: uma no Hospital Juliano Moreira, outrora Hospital Estadual de Salvador, em 1874, e outra na escola México, em 1887, no Rio de Janeiro (CORRÊA, 2010).

Na capital do Rio Grande do Sul, o casal Tiago e Johanna Würth criaram o Instituto Pestalozzi para o atendimento de deficientes mentais em 1926. O citado instituto também foi criado em Minas Gerais em 1935 e no Rio de Janeiro, em 1948, com o nome Sociedade Pestalozzi do Brasil, após árduo trabalho da educadora Helena Antipof (CORRÊA, 2010).

Em São Paulo, o Instituto de Cegos Padre Chico, fundado em 1928, funcionava como internato, semi-internato, e prestava assistência médica, dentária e alimentar aos seus alunos. Em 1946, na mesma cidade, foi inaugurada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB), com o propósito de imprimir e distribuir livros em Braille (SILVA, 2012).

Em 1929, freiras brasileiras que se especializaram em educação de pessoas surdas em Paris, fundaram, em Campinas, o Instituto Santa Terezinha, como um internato para meninas com deficiência auditiva. A escola foi transferida para São Paulo em 1933 e, em 1970, passou a aceitar meninos. Atualmente, o instituto é uma referência em Educação Especial no ensino fundamental e nos atendimentos social, psicológico, médico e fonoaudiológico (SILVA, 2012).

Em 1943, em São Paulo, foi fundado o Lar-Escola São Francisco por Maria Helcida Campos Salgado. A unidade de ensino é especializada na reabilitação de pessoas com deficiência física. Na mesma cidade, em 1950, o Dr. Renato da Costa Bonfim instituiu a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), também especializada na reabilitação de deficientes físicos, com unidades em diversas cidades do território nacional (CORRÊA, 2010).

Em 1954 nasceu, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), idealizada pelo arquiteto Fernando Lemos e pelo empresário Charles Murray, motivados pela deficiência de seus filhos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA BENEFICENTE DE REABILITAÇÃO, 2018).

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foi criada no mesmo ano por um grupo de pais e pelo casal de americanos George e Beatrice Bemis da *National Association for Retarded Children*. Em 1961, foi instituída a APAE em São Paulo e, atualmente, possui várias unidades no país (CORRÊA, 2010).

1.3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NA ATUALIDADE

As relações do Estado com a Educação Especial do fim da década de cinquenta ao início dos anos noventa foram marcados por incoerências entre os princípios definidos nos textos legais e as propostas consubstanciadas nos planos oficiais devido à falta de um Plano Nacional de Educação Especial. (CORRÊA, 2010)

No último século, o primeiro documento oficial do governo federal, a LDBEN, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, previu, em seu Artigo 9º, que alunos com deficiências físicas ou mentais e alunos superdotados deveriam receber tratamento especial, conforme as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971).

Em 24 de julho de 1991, a lei nº 8.213, conhecida como Lei de Contratação de Deficientes, estabeleceu cotas para pessoas com necessidades especiais em empresas com mais de 100 (cem) funcionários (BRASIL, 1991).

A Declaração de Salamanca, nos Artigos 58, 59 e 60, faz referência à Educação Especial, a orientações gerais às instituições de ensino e às organizações envolvidas, que influenciou a promulgação, em 20 de dezembro de 1996, da Lei nº 9394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

No ano 2000, a Lei 10.098, de 19 de dezembro, estabeleceu, no artigo primeiro, normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, retirando obstáculos ao deslocamento e adaptando o mobiliário urbano, meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000).

A Lei nº 10.172, de 2001, aprovou o Plano Nacional de Educação, que estabeleceu o desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios, em parceria com as áreas da saúde e da assistência social, para aumentar a oferta de atendimento desde a educação infantil até a qualificação profissional dos alunos; realizar ações preventivas nas áreas visual e auditiva até a generalização do atendimento aos alunos na educação infantil e no ensino fundamental; e proporcionar educação continuada aos professores que estão em exercício, além da formação em instituições de ensino superior (BRASIL, 2001).

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, foi aprovado para regular a Lei nº 10.098, de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, obrigando a realização de obras de modificações arquitetônicas e a adaptação de meios de transporte e de comunicação, tanto dos espaços das entidades públicas como das privadas (BRASIL, 2004).

Em 22 de dezembro de 2005, o Decreto 5.626, ao regulamentar a Lei nº 10.436, de 21 de abril de 2002, confirma o ensino da Linguagem Brasileira de Sinais, Libras,

como disciplina obrigatória na graduação e o ensino de língua portuguesa como segunda língua para os surdos no ensino regular (BRASIL, 2005).

18

Em 24 de abril de 2007 foi promulgado o Decreto nº 6.094, que implementa o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tem a finalidade de formar docentes para a educação especial básica, implantar salas de recursos multifuncionais e promover acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares (BRASIL, 2007).

No ano seguinte, o Ministério da Educação publicou o Plano Nacional de Educação Especial na Educação Inclusiva, que objetiva possibilitar o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino a promoverem respostas às necessidades educacionais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008).

O Decreto nº 7611, promulgado em 17 de novembro de 2011, garantiu a educação especial, o atendimento especializado e a inclusão de alunos especiais na rede regular de ensino (BRASIL, 2011).

Recentemente, em 6 de julho de 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, que visa pormenorizar os direitos das pessoas com deficiência. No âmbito da educação, esta lei representa um grande avanço, pois consolida o ensino no ordenamento jurídico e serve de parâmetro em relação ao que o Estado espera das instituições de ensino e órgãos de apoio à educação (BRASIL, 2015).

O ordenamento jurídico pátrio atual é bastante vasto e esclarecedor no que diz respeito à inclusão assim como o MEC, por meio de Políticas Nacionais, resoluções, pareceres, cartilhas e orientações.

1.4 NECESSIDADES ESPECIAIS: CONCEITUAÇÃO

Os educandos com Necessidades Educacionais Especiais são aqueles que possuem acentuadas dificuldades de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades escolares previstas por causas não orgânicas ou relacionadas a diversas condições, disfunções, limitações ou deficiências. (BRASIL, 2009).

Ainda no contexto das Necessidades Educacionais Especiais, existem os alunos com Altas Habilidades/Superdotação, que possuem grande facilidade de aprendizagem, o que os levam ao rápido domínio dos conceitos do conteúdo escolar (BRASIL, 2009).

Os Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD) são distúrbios nas interações sociais recíprocas manifestadas até os cinco anos de vida, caracterizadas pela comunicação repetitiva e estereotipada e pelo estreitamento no interesse e nas atividades (NADAL, 2011). Dentro da definição de TGD, incluem-se os alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurológico genético, frequentemente crônico, que surge na infância e caracteriza-se pela desatenção, pela inquietude e pela impulsividade. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO, 2018).

1.5 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), integrante do Sistema de Ensino do Exército, composto pelos Colégios Militares, presta o ensino preparatório e assistencial, nos níveis fundamental - segundo segmento - e médio, aos dependentes de militares e aos concursados, além de capacitar os alunos para o ingresso nos estabelecimentos de ensino superior militares e civis, em cumprimento às legislações federais de ensino (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2008).

Em 2015, a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), a qual os Colégios Militares são subordinados, publicou as Diretrizes para a Educação Especial no SCMB, que orientaram os Colégios Militares no que tange às medidas pedagógicas para a implantação da Educação Especial e Inclusiva e determinou a criação da Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE), para prestar o apoio pedagógico especializado ao público-alvo e das Salas de Recursos, com meios especiais necessários à educação especial e inclusiva (DEPA, 2015).

Para atender às demandas do alunado com dificuldades de aprendizagem, a Portaria 053, de 18 de maio de 2016, ampliou a atuação das Seções de Apoio Pedagógico (SAP), disponibilizando, regularmente, atividades de reforço escolar no contraturno (SECRETARIA GERAL DO EXÉRCITO, 2016).

2 OBJETIVO

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as necessidades de atendimento às demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais e de inclusão no Sistema Colégio Militar do Brasil.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ampliar os conhecimentos sobre a história e a legislação relativas às necessidades educacionais especiais e à educação especial e inclusiva.
- Identificar as principais demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais e de inclusão no ambiente escolar.
- Apontar medidas administrativas e pedagógicas a serem adotadas para facilitar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e de inclusão no ambiente escolar.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Com o objetivo de propor formas de atender os alunos com necessidades especiais no âmbito do SCMB e propor soluções para as mudanças julgadas necessárias, foi realizada uma pesquisa bibliográfica buscando ampliar o conhecimento sobre o tema, explicitar as soluções encontradas em outras organizações de ensino, assim como as orientações por meio da literatura e das instituições especializadas no trato com este público.

Buscou-se, por meio do exame de literatura especializada, da legislação vigente e da visita a sítios de associações e organizações que se ocupam com necessidades educacionais especiais e de inclusão ampliar a compreensão sobre o tema.

Realizou-se um estudo sobre a relação dos indivíduos com necessidades especiais e as sociedades, ao longo da história, e sobre a evolução no convívio e no conhecimento das enfermidades e tratamentos desde a Antiguidade Clássica à Idade Moderna.

Pesquisou-se a evolução do tratamento do Estado Brasileiro para com as pessoas com necessidades especiais, no que tange à legislação, a políticas públicas implementadas e à promoção da educação especial e inclusiva.

Verificaram-se as mudanças na legislação de Ensino Militar do Exército, no âmbito das necessidades educacionais especiais e de inclusão no SCMB, no que tange ao atendimento ao público interno e às diretrizes do MEC.

Identificaram-se as principais deficiências detectadas em leis que tratam das necessidades educacionais especiais e de inclusão.

Observaram-se os desafios encontrados para a prestação do ensino inclusivo nos estabelecimentos de ensino e nos órgãos de apoio.

Com base na literatura sobre o tema, buscaram-se orientações e soluções viáveis, baseadas em estudos anteriores, para facilitar a implantação do ensino inclusivo no SCMB.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise histórica sobre as sociedades e os seus integrantes na Antiguidade e na Idade Média leva a compreender que as pessoas com deficiência sofriam algum tipo de discriminação, o que ainda ocorre, infelizmente, no país.

A população brasileira demonstra frugal conhecimento sobre a lida com os integrantes com necessidades especiais, uma vez que diversas pessoas os tratam com relativa indiferença, ou ainda, como desventurados, dignos de pena. Muitos não entendem que indivíduos com necessidades especiais precisam de ajuda apenas para atender as suas carências.

Essa conjuntura social unida às relações trabalhistas desfavoráveis agravam ainda mais a exclusão desse público, visto que muitas empresas com mais de cem funcionários, ignorando a lei trabalhista, não abrem vagas para pessoas com necessidades especiais, cerceando-lhes o direito uma vida independente e cidadã (BRASIL, 1991).

Houve grande progresso na legislação referente às pessoas com deficiência nas últimas décadas, porém, em muitas ocasiões, o Estado não se faz presente no cumprimento da lei, orientando e conscientizando a população sobre o trato com este público e suas reais carências, fiscalizando e/ou incentivando empresas a reservarem vagas de emprego, realizando obras de acessibilidade total nas cidades, locais, prédios públicos e cobrando a acessibilidade nas instituições privadas.

As leis brasileiras mostram-se suficientes para proporcionar educação especial e inclusiva para os que precisam, entretanto, falta ao Estado Brasileiro fazer cumprí-las. É mister a presença governamental por meio de campanhas de conscientização da comunidade escolar sobre as necessidades essenciais, desmistificando o assunto; do incentivo à capacitação do corpo docente, dos agentes pedagógicos e de ensino; da realização de obras de acessibilidade nas unidades escolares e da construção de salas de recursos multifuncionais; da formação e do emprego de mediadores e pelo incentivo e fiscalização destas práticas no ensino privado.

A legislação do país orienta as instituições de ensino a incluírem alunos com necessidades educacionais especiais em suas classes por meio do Plano Nacional de Educação de 2008, porém, existem muitos obstáculos ao seu cumprimento (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008).

O SCMB vem buscando superá-los ao longo dos últimos anos, a despeito das consideráveis dificuldades em seus colégios, principalmente os mais antigos e tradicionais, por vezes centenários e instaladas em terrenos acidentados.

A DEPA, gestora do Sistema, tem a missão de planejar, coordenar, controlar e supervisionar o processo ensino-aprendizagem nos Colégios Militares e estes, prestarem o ensino preparatório e assistencial aos seus alunos.

Recentemente, a DEPA, na busca por atender às demandas pedagógicas de alunos com dificuldades de aprendizagem, ampliou o alcance das SAP, que passaram a ministrar regularmente aulas de reforço e, no campo da educação especial e inclusiva, determinou, nos Colégios, a criação de SAEE e de salas de recursos especiais, conforme os organogramas representados nas figuras 1 e 2.

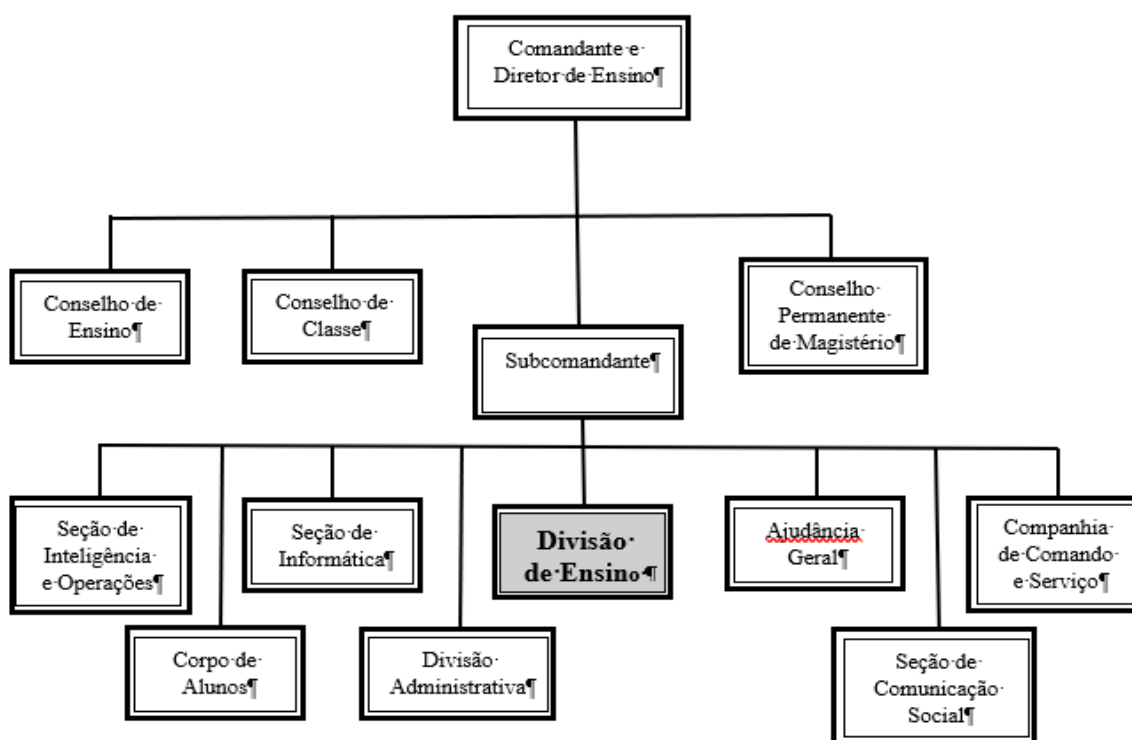


Figura 1: Organograma geral dos Colégios Militares.

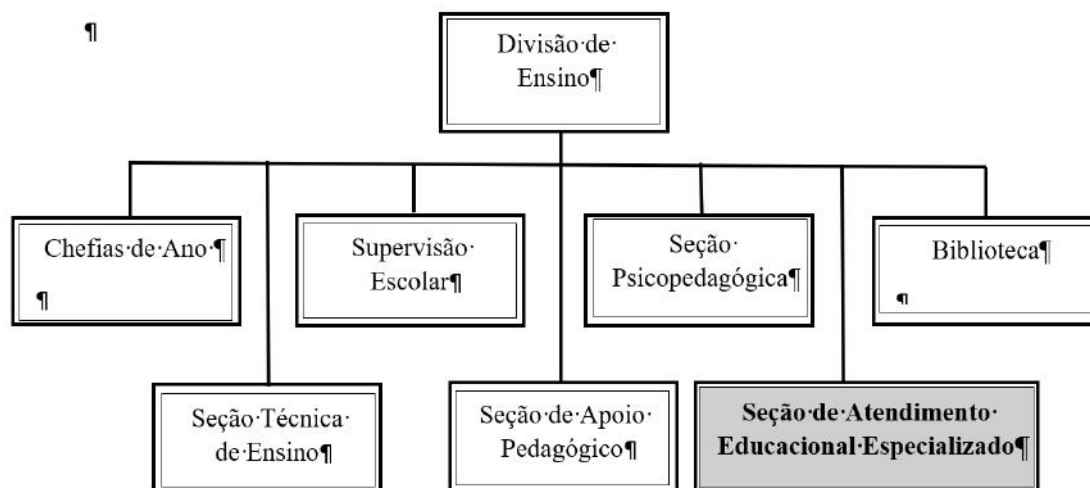


Figura 2. Organograma geral da Divisão de Ensino dos Colégios Militares.

A DEPA publicou em 2015 as Diretrizes Pedagógicas para Educação Especial no SCMB e esmiuçou o disposto nas legislações sobre Educação Especial e Inclusiva do Ministério da Educação (DEPA, 2015).

Dentre as diretrizes do departamento temos:

- A classificação do público alvo da educação especial e inclusiva em estudantes com Deficiências Física, Mental, Sensorial e/ou Intelectual; com Transtornos Globais do Desenvolvimento; com Altas Habilidades ou Superdotação e com Transtornos Funcionais Específicos, entre eles a dislexia, a discalculia, a disortografia, a dislalia e os Transtornos do Déficit de Atenção (TDA), do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Opositor Desafiador (TOD).

- A criação da Seção de Apoio Educacional Especializado com os encargos de preparar e disponibilizar os recursos especiais, acompanhar as atividades e o desenvolvimento pedagógico dos alunos, dentre outros no contexto do apoio ao aluno especial. A SAEE deve ser composta por uma equipe de profissionais especializados, conforme discriminados na tabela 1.

Integrantes da Seção de Apoio Educacional Especializado (SAEE)
- 1 (um) Pedagogo com Especialização em Educação Especial e Inclusiva
- 1 (um) Psicopedagogo ou Orientador Educacional com Especialização em Educação Especial e Inclusiva
- 1 (um) Psicólogo
- 1 (um) Assistente Social (exclusivo, se possível)
- 1 (um) Professor de Língua Portuguesa com Especialização em Educação Especial e Inclusiva
- 1 (um) Professor de Matemática com Especialização em Educação Especial e Inclusiva
- 1 (um) Professor de Artes com Especialização em Educação Especial e Inclusiva
- 1 (um) Professor de Educação Física com Especialização em Educação Especial e Inclusiva

Tabela 1: Profissionais que compõem a equipe da Seção de Apoio Educacional Especializado.

- Criação de uma Sala de Recursos Multifuncionais como apêndice da SAEE para oferecer atendimento educacional especializado com o objetivo de complementar/suplementar o atendimento aos estudantes com deficiência ou habilidades especiais/superdotação. Há um padrão mínimo de estrutura a ser adotado nas Salas de Recursos Multifuncionais para todas as unidades do SCMB, com mobiliário e os principais meios especiais e de tecnologia assistiva existentes nos principais centros de referência em inclusão, sob a forma de *kits*. Estas salas são de dois tipos, com os componentes descritos nas tabelas 2 e 3.

Mobiliário básico de uma sala de recursos multifuncionais padrão. Modelo A	
Equipamentos	Materiais didático/pedagógicos
2 Microcomputadores	1 Material dourado.
1 Laptop	1 Esquema corporal
1 Estabilizador	1 Bandinha rítmica
1 <i>Scanner</i>	1 Memória de numerais
1 Impressora laser	1 Tapete alfabético encaixado
1 Teclado com colméia	1 <i>Software</i> de comunicação alternativa
1 Acionador de pressão	1 Sacolão criativo monta tudo
1 <i>Mouse</i> com entrada para acionador	1 Quebra cabeças – sequência lógica
1 Lupa eletrônica	1 Dominó de associação de idéias
Mobiliários	1 Dominó de frases
1 Mesa redonda	1 Dominó de animais em libras
4 Cadeiras	1 Dominó tátil
1 Mesa para impressora	1 Alfabeto <i>Braille</i>
1 Armário	1 <i>Kit</i> de lupas manuais
1 Quadro branco	1 Plano inclinado – suporte para leitura
2 Mesas para computador	1 Memória tátil
2 Cadeiras	

Tabela 2: Equipamentos e materiais pedagógicos necessários para compor uma Sala de Recursos Multifuncionais, modelo A.

Mobiliário básico de uma sala de recursos multifuncionais padrão. Modelo B
Equipamentos e materiais didático/pedagógicos
1 Impressora <i>Braille</i> – pequeno porte
1 Máquina de datilografia <i>Braille</i>
1 Reglete de mesa
1 Punção
1 Soroban
1 Guia de assinatura
1 <i>Kit</i> de Desenho Geométrico
1 Calculadora Sonora

Tabela 3: Equipamentos e materiais pedagógicos necessários para compor uma Sala de Recursos Multifuncionais, modelo B.

- Em uma turma de 30 (trinta) alunos, deve haver a supressão de dois alunos para cada aluno com necessidades educacionais especiais inserido em sala de aula, limitados a até dois alunos com necessidades educacionais especiais por sala, perfazendo 26 (vinte e seis) alunos por turma, destes, 2 (dois) incluídos.

- A confecção e execução de Planejamentos Educacionais Individualizados (PEI), de Planos de Aula e de Currículos Adaptados para os alunos com necessidades educacionais especiais.

- Avaliações diferenciadas, mediante os conceitos Excelente, E; Muito Bom, MB; Bom, B, Regular, R, e Insuficiente, I; ao invés de notas numéricas (DEPA, 2015).

Não obstante seja percebido um grande esforço da DEPA em assistir este público especial, há muito o que evoluir no sentido da inclusão, pois diversas lacunas ainda são encontradas, tais como:

- A falta de conhecimento e de formação acadêmica do corpo docente a respeito das necessidades educacionais especiais e de inclusão, e, por conseguinte, a falta de consciência sobre o seu papel diante desta realidade recente uma vez que boa parte não teve em sua formação acadêmica ou profissional nenhuma disciplina sobre o assunto.

- Paralelamente às carências dos professores, há a falta de conhecimento por parte dos demais agentes de ensino, inspetores, monitores, comandantes de Companhias de Alunos, técnicos de laboratório e pedagogos em todos os níveis.

- Inexistência de mediadores para o atendimento das necessidades dos alunos especiais em sala de aula.

- Falta de conhecimento de vários profissionais de educação física para a realização de atividades adaptadas e seus respectivos meios.

- Eliminação de barreiras arquitetônicas a fim de promover acessibilidade aos alunos.

Para dirimir as dificuldades de implantação do ensino inclusivo e capacitar os integrantes do SCMB, anualmente, os Colégios Militares vêm realizando as “Semanas da Educação Inclusiva”, composta por um ciclo de palestras de especialistas no tema, como profissionais do Instituto Helena Antipoff (IHA), do Instituto Benjamin Constant (IBC), do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) e de Centros de Reabilitação ministradas para discentes, professores e agentes de ensino, além de gincanas e atividades práticas entre os alunos sob a orientação dos docentes.

Além da Semana da Inclusão, o SCMB vem oferecendo cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial e Inclusiva aos professores militares de carreira, facilitando a especialização em Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) aos voluntários, por meio do INES, que atende à mediação deste público, com cursos e palestras sobre o assunto ao longo dos anos.

Com relação à eliminação de barreiras arquitetônicas, são grandes os óbices para a inclusão dado que diversos colégios militares se localizam em terrenos acidentados e, alguns ocupam prédios históricos, tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou por institutos do patrimônio dos Estados.

Ainda sobre acessibilidade, as Salas de Recursos Multifuncionais deverão atender a qualquer necessidade especial, o que implica a adequação às orientações das instituições de referência em educação especial e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para oferecer um ambiente seguro e profícuo ao processo de ensino-aprendizagem.

Mesmo com o intenso investimento em inclusão, há um grande receio entre os professores com relação à perda da qualidade do ensino necessária à preparação dos alunos para as escolas militares e para o vestibular das universidades públicas, atividade fim do Sistema.

As dificuldades de aceitação do professorado, dos agentes de ensino, e dos demais integrantes somente serão superadas por meio de massiva conscientização sobre a inclusão para a formação holística dos alunos. Esse trabalho pode ser realizado pelo aumento da frequência e da disponibilidade dos ciclos de palestras, por visitas a outras instituições de ensino com significativa experiência prática de trabalho com alunos especiais e a sequente troca de conhecimentos, pelo uso do tema no contexto das disciplinas escolares.

No tocante aos responsáveis, deve-se aumentar a frequência destes às reuniões, com vistas a informá-los sobre a importância da inclusão e da tolerância na formação dos seus

dependentes, inclusive com a presença de especialistas no assunto, além de convidar a família escolar a participar de eventos, como a Semana da Inclusão e outras atividades correlatas.

O Sistema, também, tem de dar especial atenção à disciplina Educação Física posto que, diferente das demais, cuida do ensino da prática desportiva e é ministrada normalmente em ambiente dissímil dos bancos escolares, além de fazer parte de uma das tradições do Exército Brasileiro, o culto ao esporte.

Com base nessa perspectiva dentro do ambiente de inclusão, passa-se a implantar e a compor o planejamento das aulas, seções de Educação Física adaptadas, baseadas nos esportes paralímpicos para os alunos com necessidades especiais para promover a consciência das diferenças e maior empatia entre os discentes.

Os docentes que não tiveram nenhuma cátedra sobre Educação Física Adaptada em sua formação acadêmica, precisam ser incentivados a realizar cursos de pós-graduação, capacitação ou especialização no assunto. Por fim, deve-se investir em obras em instalações e em materiais desportivos necessários à prática do desporto adaptado, com vistas ao desenvolvimento físico, social e de atributos da área afetiva entre os estudantes.

Em termos de adaptações das documentações pedagógicas, pode-se padronizar Planos de Ensino Individualizado (PEI), Avaliações e Currículos Alternativos a fim de facilitar o trâmite administrativo-pedagógico por ocasião da transferência entre Colégios Militares, além de servir de base e de amparo ao atendimento continuado destes alunos, sem abrir mão da especificidade de cada caso.

Em suma, para desenvolver a capacidade dos estudantes identificados com Altas Habilidades e Superdotação, o Colégio precisa motivar e intensificar a participação deles em atividades extraclasse nos clubes de teatro, de música, de artes e nas equipes olímpicas de astronomia, de xadrez, de robótica, de culturas estrangeiras e das disciplinas do currículo, de acordo com a aptidão mais desenvolvida a ser melhor explorada em cada um deles.

5 CONCLUSÕES

A população brasileira tem insuficiente conhecimento sobre pessoas com deficiências e suas carências e, por isso, na maior parte das vezes sem dolo, discriminam-nas ou tratam-nas de forma inadequada.

A legislação nacional avançou, consideravelmente, nas duas últimas décadas com relação ao direito das pessoas com deficiência, porém é urgente seu cumprimento e, principalmente, a efetiva compreensão por parte dos profissionais de educação de como realizá-la, pois muitas instituições, incluindo-se o SCMB, ainda, carecem de maiores esclarecimentos de como a educação especial e inclusiva deve ser posta em prática.

O Sistema de Ensino do Exército tem avançado com o Estado na sua política de Educação especial e Inclusiva, estabelecendo diretrizes alinhadas com as demandas do governo federal e interessa-se em progredir, cada dia mais, no assunto.

De fato, há necessidade de se aprofundarem as discussões sobre o Ensino Especial e Inclusivo no âmbito do SCMB, na busca por dirimir dúvidas, estabelecer normas pedagógicas, padronizar medidas administrativas, trocar experiências e fornecer a estrutura necessária ao satisfatório processo de ensino-aprendizado desta classe de alunado.

É de relevante importância a conscientização e o envolvimento das famílias no que tange aos discentes com necessidades especiais, suas carências e dificuldades.

A construção e a operacionalização das Seções de Atendimento Educacional Especializado e das Salas de Recursos Especiais é de vital importância para a prestação de apoio técnico-pedagógico para os alunos com necessidades especiais.

O SCMB, por meio de seu gestor, precisa padronizar procedimentos administrativos relativos à inclusão com o intuito de facilitar o trâmite documental.

As Seções de Educação Física das Unidades Escolares do Sistema precisam investir em acessibilidade, em equipamentos e na capacitação de seus professores, assim como planejar modalidades esportivas adaptadas, visando incluir esses alunos.

O Sistema deve estimular os alunos com Altas Habilidades e Superdotação a associarem-se à clubes, e equipes para melhor desenvolvimento de suas capacidades.

O Sistema Colégio Militar do Brasil, ao longo da história, sempre apoiou a família militar e, diuturnamente, trabalha para assisti-la. Para tanto, precisa se manter na busca pelos meios mais adequados e pelas melhores práticas a fim de suprir todas as diversas necessidades educacionais especiais existentes.

6 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA BENEFICENTE DE REABILITAÇÃO. Histórico: **Uma síntese da nossa história**. Disponível em: <<https://www.abbr.org.br/abbr/historico/historico.html>>. Acesso em 23 Jun. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO. **O que é TDAH?** Disponível em: <<https://tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-tdah/>>. Acesso em 23 Jun. 2018.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 23 jun. 2018.

_____. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Lei de Cotas para Deficientes nas Empresas (Lei de Contratação de Deficientes). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM>. Acesso em: 23 jun. 2018.

_____. **Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em 23 jun. 2018.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM>. Acesso em: 23 jun. 2018.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 23 jun. 2018.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 23 jun. 2018.

_____. **Lei nº 13.146, de 16 de julho de 2015**. Lei brasileira de inclusão de pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 23 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 7 jul. 2018.

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 23 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 23 jun. 2018. 31

_____. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 23 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2135-rceb004-09resolucao04-cne&category_slug=dezembro-2009-f&Itemid=F30192>. Acesso em 23 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2135-rceb004-09resolucao04-cne&category_slug=dezembro-2009-f&Itemid=F30192>. Acesso em 23 jun. 2018.

_____. Exército Brasileiro. Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA). **Diretrizes pedagógicas para a Educação Especial no SCMB.** Disponível em: <<http://www.depa.eb.mil.br/images/legislacao/DPEE.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

_____. Exército Brasileiro. Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA). **Normas para a avaliação da Educação Básica no Sistema Colégio Militar do Brasil (NAEB/SCMB).** Disponível em: <<http://www.depa.eb.mil.br/legislacao>>. Acesso em: 1 jul. 2018.

_____. Exército Brasileiro. Secretaria Geral do Exército. Diretoria de Ensino e Cultura do Exército. Separata ao Boletim do Exército nº 22, de 3 de junho de 2016. Portaria nº 053, de 18 de maio de 2016. **Aprova o Projeto Pedagógico do SCMB (PP/SCMB - EB60-D-08.001).** Disponível em: <file:///C:/Users/Leonardo%20Silva/Downloads/sepbe22-16_port-053-dcex_pp-scmb-eb60-d-08.001.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

_____. Exército Brasileiro. Secretaria Geral do Exército. Portaria nº 042, de 6 de fevereiro de 2008. **Aprova o Regulamento dos Colégios Militares (R-69).** Disponível em: <http://www.cmsm.eb.mil.br/phocadownload/legislacao/regulamentos/03_Portaria_042_R69-2008.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

CORRÊA, M. A. M. **Educação Especial. Volume 1. Módulos 1 a 4.** CEDERJ, 2010. Disponível em: <<https://canalcederj.cecierj.edu.br/012016/a1af164aed3aff470abbd469102d4a12.pdf>>. Acesso em 24 jun. 2018.

FERNANDES, S. **Educação de surdos**. Curitiba: Intersaberes (Série Inclusão Escolar), 2012.

MOSQUERA, C. F. F. **Deficiência visual na escola inclusiva**. Curitiba: Intersaberes (Série Inclusão Escolar), 2012.

NADAL, Paula. **O que são os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)?** Nova Escola, 2011. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/51/o-que-sao-os-transtornos-globais-do-desenvolvimento-tgd>>. Acesso em 21 fev. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2018.

PAN, M. **O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

GLOSSÁRIO

Acionador de pressão: Dispositivo para substituir a ação do click do mouse convencional através de um toque.

Alfabeto *Braille*: Sistema de escrita tátil utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão em papel em relevo.

Bandinha rítmica: Conjunto de 20 (vinte) instrumentos musicais de uma banda em miniatura para crianças.

Calculadora Sonora: Calculadora que possibilita emitir som a função das teclas correspondentes e os resultados das operações matemáticas.

Dominó de associação de idéias: Dominó com associações lógicas de idéias para estimular o raciocínio.

Dominó de animais em Libras: Dominó com associações lógicas de animais suas representações em Libras.

Dominó de frases: Dominó com associações lógicas de frases suas correspondentes imagens.

Dominó tátil: Dominó com associações lógicas de números e formas em relevo.

Esquema corporal: Cartelas com exercícios que permitem a formação da consciência corporal no espaço.

Impressora *Braille* – pequeno porte: Impressora de pequeno porte que imprime arquivos digitais em *Braille*.

Guia de assinatura: Fôrma que delimita a escrita da assinatura ao espaço disponível em seu interior.

Lupa eletrônica: Câmera que aumenta em tempo real até 80x (oitenta vezes) o tamanho das letras do texto filmado. Pode ser acoplado a um *laptop* ou possuir visor próprio.

Plano inclinado – suporte para leitura: Suporte inclinado colocado geralmente acima de uma mesa para facilitar a leitura.

Quebra cabeças – sequência lógica: Quebra cabeça que possui uma sequência lógica de montagem conforme um determinado tema.

Material dourado: material originalmente produzido em madeira que possui diversos cubos pequenos, barras, placas e cubos grandes para auxiliar o ensino e a aprendizagem do sistema de numeração decimal e das operações fundamentais.

Máquina de datilografia *Braille*: São máquinas de escrever que possuem pontos de punção no lugar das letras. As mais tecnológicas emitem os sons correspondentes aos signos digitados.

Memória de numerais: Jogos de memória que permitem associações lógicas de numerais a objetos, frutas, etc.

Memória tátil: Jogos de memória que permitem associações lógicas entre formas em relevo.

Mouse com entrada para acionador: *Mouse* com saída para acionador de pressão.

Punção: Ferramenta utilizada para marcar o papel em relevo, permitindo a escrita manual *Braille*.

Reglete de mesa: Fôrma que delimita a escrita dos signos *Braille*.

Sacolão criativo monta tudo: Sacola com diversas peças de encaixe de diferentes cores, tamanhos, formatos e texturas.

Soroban: Também chamado de ábaco japonês, é um instrumento manual utilizado para realizar as quatro operações matemáticas fundamentais.

Software de comunicação alternativa: Software que possui um vasto arquivo de símbolos e suas figuras correspondentes, facilitando a comunicação alternativa.

Tapete alfabético encaixado: Tapete de encaixe em que cada peça possui uma letra(s) e/ou número (s) dentro, também de encaixe.

Teclado com colméia: Placa de acrílico com furos esféricos colocados em cima de um teclado de computador para facilitar o uso deste por pessoas com deficiências motoras de membros superiores.